

A laboriosa domesticação do estranho: uso e consumo de objetos elétricos em Fortaleza (1945-65)

*Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho**

Resumo

O artigo investiga as promessas, desafios e limites à difusão de aparelhos elétricos em Fortaleza, num período de intenso crescimento demográfico e tentativas de modernização incapazes de atender às crescentes demandas por conforto no espaço privado. Discute-se, ainda, algumas transformações na percepção sensível, provocadas pela inserção desses objetos técnicos na vida cotidiana.

Palavras-chave: modernização; cotidiano; energia; técnica; aparelhos elétricos.

Em crônica publicada no jornal *O Povo* (27 jan. 1965), o padre Antonio Vieira descreve uma cena peculiar, ocorrida no interior do Ceará: todos os dias, da entrada de sua casa, um menininho, ainda nos primeiros experimentos com a linguagem verbal, assistia à passagem de uma carroça puxada a burro, tendo inclusive passeado diversas vezes nesse meio de transporte. A mãe, apresentando à criança o universo misterioso das palavras, justapunha um nome a cada coisa apontada com o dedo. Aos poucos, o mundo iria se ajustando aos termos que o designavam. Mas, uma tarde, a carroça habitual não passou, e o que seria motivo de decepção virou imagem de espanto. O menino, ao ver a criatura que se aproximava, mal pôde crer nos seus olhos. Saiu gritando ao encontro da mãe e anunciou, intrigado, sua recente descoberta: “Venha ver um burro sem rodas!” Até então, artefato e animal formavam uma unidade indissolúvel na mente da criança, uma espécie de entidade a que ninguém ainda tachara de monstro. Das entranhas de uma paisagem modorrenta podem emergir revelações surpreendentes...

Costumamos atribuir a histórias desse gênero o rótulo de anedota. Por vezes, consideramo-las até interessantes, alguém exorta a imaginação fértil das crianças e, assim, o inusitado torna-se digerível, assimilado por enquadramento.¹ Os espíritos mais generosos e inspirados podem mesmo destilar alguma verve, reunir este “causo” às veredas movediças que Guimarães Rosa ficou por colher no drama caudaloso do sertão. Mas, outorgar a um relato singelo o emblema da dignidade literária, não esgota o reconhecimento de sua força poética. Esta talvez viceje plena, quando se admite que aconteceu realmente se toma consciência de que a experiência do mundo implica um longo aprendizado, eivado de pequenos sobressaltos que fazem estremecer a ordem das coisas, reclamando novas idéias, palavras, sensações.

De maneiras peculiares, os objetos técnicos provocam instabilidade e contingência, notadamente quando inseridos em meios sociais desacostumados com sua presença. Pois, a exemplo da cena vislumbrada pelos olhos infantis, os artefatos que vão se

integrando à vida cotidiana não desempenham exclusivamente um papel utilitário; desenharam novos horizontes de ação e traduzem, na diversidade de suas formas, funções e materiais, um sem-número de habilidades, expectativas, pretensões, dúvidas e temores dos agentes sociais envolvidos na sua invenção, produção e consumo. Os significados e implicações desses objetos ultrapassam, por conseguinte, o valor instrumental que lhes é correntemente atribuído. Tal como a criança sertaneja, que conhecia a serventia da carroça, ignorando os dois seres distintos que compunham aquela unidade em movimento, também nós tendemos a desconsiderar o potencial radicalmente transformador embutido nas criações da técnica: tratamos de empregá-las em prol de uma decantada comodidade, evitando compreender de que modo elas produzem uma mediação complexa entre os homens e o mundo onde vivem.²

No caso dos aparelhos elétricos, as modificações resultantes de sua crescente assiduidade no recesso doméstico incidem, em particular, nas sensibilidades dos usuários. Pois, diferente de outros potenciais energéticos, como a tração animal, o vapor, os combustíveis fósseis, a eletricidade inscreve na paisagem vestígios relativamente discretos: transformadores, postes e fios, embora observáveis sem dificuldade, revelam pequena ou nenhuma mobilidade, escapam à apreensão do olfato e, em certa medida, da visão, se comparados à fumaça expelida por um automóvel, ao calor de uma caldeira ou ao suor de uma alimária. Invisível, inodora, inaudível, a força elétrica destinada ao ambiente privado – igualmente útil e letal – requer, daqueles que dela se beneficiam, um aguçado nível de cautela e abstração, pouco necessário no trato com outras fontes de energia. A obtenção e incorporação desses cuidados não ocorreu de forma imediata. Tornou-se possível apenas mediante a adoção gradativa de novos repertórios gestuais, cuja transmissão e aprendizado implicava posturas corporais outrora desconhecidas, como também a supressão de hábitos doravante tidos como impróprios.

O convívio com esses equipamentos fomenta, a um só tempo, perspectivas de maior conforto e inéditas fontes de preocupação.

Exemplo disso são as advertências quanto aos ruídos emitidos por refrigeradores, cujas orientações técnicas, na década de 1950, e ainda hoje, insistem em tratá-los como efeitos normais causados pela circulação do ar ou pelo funcionamento do compressor. Mesmo após um período relativamente longo, durante o qual certos objetos tiveram seu uso largamente ampliado nos diversos segmentos sociais, permanecem recomendações destinadas a tranquilizar os consumidores: vestígio sugestivo de inquietações duradouras que acompanham a sinuosa relação cotidiana entre homens e máquinas. Tais esclarecimentos, comumente fornecidos pelo fabricante do produto, revelam, inclusive, outra faceta pouco destacada da questão técnica: à medida que suas aplicações vão ganhando terreno no dia-a-dia, desencadeiam uma dinâmica assinalada pela tênue (e movente) fronteira entre acomodação e adestramento da sensibilidade. Especialmente no que concerne à audição – sentido sobremodo vinculado ao eriçamento de reflexos involuntários, despertador do estado de alerta –, o corpo é convidado a um câmbio permanente, em que se alternam o hábito (condição mediante a qual o ruído maquínico se integra a uma paisagem sonora) e a distinção das sutilezas (capaz de identificar as modulações acústicas em função da performance dos artefatos). A operação perceptiva que, aos poucos, foi qualificando o ouvido como um diapasão apto a captar o funcionamento adequado de um refrigerador ou uma enceradeira, não seria possível, sem a integração desses aparelhos, a experiência cotidiana de homens e mulheres. Foi necessário atenuar o estranhamento diante da presença técnica, para que o barulho dela resultante se convertesse em rumor, zunido surdo e anódino, gradualmente alojado nas fímbrias do silêncio.

Igualmente revelador das metamorfoses dinamizadas pelas novas aplicações tecnológicas era o trato singular, há poucas décadas, com produtos que hoje teriam lugar obrigatório na composição de uma espécie de “segunda natureza”. Sua inserção plena na vida urbana contemporânea contrasta fortemente com ponderações, outrora consideradas pertinentes, e que no momento atual seriam

dotadas de irresistível hilaridade. Nos anúncios veiculados em jornais e revistas dos anos 1940 e 50, pode-se flagrar algumas imagens e discursos empenhados nessa tentativa de instruir os consumidores com vistas ao “uso correto” dos artefatos elétricos. Publicada no diário fortalezense *O Estado* (14 dez. 1947), uma propaganda da General Electric (G.E.) trazia o cantor e compositor João de Barro narrando episódio em que desfalcou um abajur para empregar a lâmpada no recinto onde ficava seu piano, ato que resultou num choque sofrido por sua mulher, ao tentar acender aquele aparelho luminoso. O escopo da mensagem publicitária residia em dar combate ao “hábito de ‘abafar’ lâmpadas”, ou seja, movê-las entre partes diversas do espaço doméstico, ao sabor das circunstâncias.

A mesma advertência presidia outro anúncio da G.E. (*O Estado*, 9 nov. 1947), no qual se criava um paralelo curioso entre acessórios automobilísticos e artigos domésticos. Equiparando um pneu a uma lâmpada elétrica, buscava-se induzir o leitor a sempre manter um estoque para assegurar a iluminação do lar. Assim, o primeiro desenho retratava um veículo desprovido de pneu sobressalente, cujo motorista incauto, na iminência de simplesmente trocar de posição o pneu furado e o cheio, percebe a inutilidade e o ridículo de sua ação. A outra cena expunha o mesmo personagem, desta vez em casa, prestes a retirar a lâmpada de um abajur para substituir aquela da sala de estar. Justapondo as duas situações, o fabricante tencionava esclarecer que, assim como é absurdo conservar um pneu defeituoso no carro em movimento, não convém promover alternância entre lâmpadas queimadas e ativas, desguarnecendo os compartimentos da casa: “Não adote o mau sistema de tirar as lâmpadas de um lugar para outro. Este hábito pode até causar acidentes... e se a lâmpada é de pequena capacidade V. prejudicará sua vista”.

A insistência dos anúncios sugere a extensão em que eram adotados esses pequenos e matreiros expedientes. Transpor as lâmpadas sucessivas vezes certamente representava medida de economia, muito embora também pudesse significar um desleixo

aceitável num contexto urbano onde lamparinas, velas e candeeiros ainda dividiam espaço com os utensílios elétricos, reservando somente a determinados cômodos o benefício perene da nova iluminação.³ Quando o conforto proporcionado pela eletricidade estava ainda circunscrito a poucos segmentos sociais, procura-se inculcar um hábito de consumo antecipatório: adquirir lâmpadas sem necessidade de uso imediato – consumo que captura o tempo futuro e o encerra no horizonte do presente. O argumento em favor dessa atitude preventiva baseia-se na suposta homologia entre automóvel e casa: esta, a exemplo daquele, constituiria um mecanismo integrado, formado de partes interdependentes que demandam funcionamento conjunto – a casa seria, por conseguinte, uma máquina de morar.⁴ Tendo por modelo um veículo, a propaganda registra o imperativo do movimento que deve reger a nova configuração do lar. Este, por sua vez, abandonando a tradicional fixidez e estabilidade que o sustinha, é concitado a aderir a um deslocamento fundamental: crescente destituição do papel imemorial de abrigo contra inimigos e intempéries em proveito de uma condição agora tornada necessária, qual seja, a de transformar-se num lugar de passagem onde o morador mais transita do que permanece. Lugar cujos fluxos precisam entrar em consonância com critérios marcadamente pautados pela eficiência, a redução do esforço e a otimização do tempo. É a própria racionalidade tecnológica que vem bater à porta. Contudo, nessa casa que se pretendia ajustada às propriedades de um meio de transporte, parece irônico que justamente aquilo que se move – as lâmpadas, de um cômodo a outro – comprometa sua funcionalidade, tornando-a um nicho capaz de encobrir novas fontes de perigo.

Nas décadas de 1940 a 60, essa projeção da moradia informada pelo – e plenamente adaptada ao – ritmo acelerado da urbanização industrial não achava correspondência no panorama residencial de uma cidade como Fortaleza. Tendo experimentado um aumento demográfico sem precedentes,⁵ que agudizou sensivelmente tanto as demandas por habitação quanto seu precário atendimento, o

município crescia à medida que implementava e recrudescia a já histórica distância social entre ricos e pobres. Essas discrepâncias expressavam-se, sintomaticamente, na segmentação do espaço urbano – ensejando a irrupção de bairros elegantes de par com a emergência de favelas – e nas configurações dos domicílios. No início da década de 1950, era flagrante a debilidade material das casas onde residia parcela considerável das classes menos privilegiadas:

O povo pobre de Fortaleza vive em péssimas condições de habitação.

Mora, em geral, em casebres de chão batido, cobertos de telha.

Há, porém, um grande número de famílias proletárias que habita choupanas feitas de madeira, latas ou taipa, cobertas de palha.

Tais mocambos existem aos milhares, construídos em terrenos foreiros cujos aforadores os deixam abandonados até que a valorização atraia para eles as vistas dos donos. Logo que esses obtem bons preços, começa a odisséia dos despejos em massa e violência de toda a sorte, contra os quais tem havido justa e necessária reação (*Revista dos Municípios do Ceará*, n. 2, 1951, p. 115).

Percebe-se, dessa maneira, que os dispositivos voltados à especulação fundiária da propriedade urbana participavam ativamente da engrenagem de alargamento sistêmico da pobreza numa cidade que ensejava os primeiros passos da metropolização. Por sinal, órgãos da imprensa local denunciaram, à época, o efeito bifronte dos investimentos crescentes em terrenos urbanos para fins de valorização imobiliária, que tanto acarretavam a remoção compulsória de contingentes miseráveis para áreas ainda mais distanciadas do quadro urbano, formando um cinturão periférico em torno da capital, quanto empatavam capitais produtivos, gerados em atividades industriais e comerciais, retardando, assim, o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico do Ceará.

As moradias que, mal e parcamente, abrigavam os segmentos modestos de Fortaleza não dispunham, em geral, das condições tidas

como imprescindíveis aos padrões urbanos de conforto e salubridade, quais fossem: saneamento básico, ligações domiciliares de água, emprego da alvenaria nas edificações, uso de materiais para garantir a impermeabilidade e combater a umidade no recesso doméstico (como pisos de cerâmica para as cozinhas e revestimento de azulejo ou pastilha para os banheiros), provimento de ar e luz natural a todos os cômodos da habitação. Outro requisito que foi ganhando maior proeminência na avaliação do bem morar compareceu na sobredita matéria: o usufruto da eletricidade. Paulatinamente ocorria uma mudança significativa no ideal da privacidade (ao menos no contexto urbano), denotando a ampliação das expectativas de acesso a equipamentos e serviços que, poucos decênios antes, eram signos exclusivos dos grupos abastados. Essa passagem decisiva, mediante a qual a energia elétrica abandona a seara do privilégio e da distinção para imiscuir-se no campo da necessidade, demarca um anseio por sua integração efetiva, e, nem por isso, linear e harmônica, à experiência cotidiana dos habitantes da cidade. Com base em estatísticas do *Censo de 1950*, advertia-se que, dos pouco mais de 39 mil prédios residenciais da capital cearense, 23 mil eram beneficiados com luz elétrica, deduzindo-se, portanto, que:

Este número [23 mil] corresponderá, necessariamente, ao de residências em condições razoáveis de habitabilidade. Vale isto afirmar que, no máximo, 130.000 pessoas de nossa Capital vivem em casas dignas deste nome. Cerca de cem mil vegetam em casebres, onde homens, mulheres e crianças sofrem fome e morrem de miséria, sem assistência médica, sem higiene, sem esperanças (*Revista dos Municípios do Ceará*, n. 2, 1951, p. 115).

Essa massa de espoliados, cuja aglutinação formava bairros de crescente peso demográfico – dentre eles Pirambu, Arraial Moura Brasil, Mucuripe e Morro do Ouro – devia conviver com odores cada vez menos tolerados pela sensibilidade moderna, como os

resultantes do escoamento improvisado das águas servidas, da fermentação dos excrementos, do ar estagnado em recintos pouco ventilados e densamente ocupados, do preparo dos alimentos em lares por vezes desprovidos de fogão,⁶ além dos vapores emanados das velas de parafina e das lamparinas à base de querosene – únicos apetrechos de baixo custo disponíveis para atenuar a escuridão noturna, quando não fosse possível o recurso a ligações elétricas clandestinas, também conhecidas por “gatos”. Em casas marcadas pela virtual ou total ausência de estruturas materiais que assegurassem índices mínimos de higiene e conforto, dotadas de poucos cômodos em dimensões exíguas, é provável que seus moradores se vissem seguidamente confrontados com a sobreposição de funções, desempenhadas de acordo com o passar das horas (LEMOS, 1999). Assim, a peça destinada às atividades culinárias concentraria também atribuições paralelas de lazer, repouso, convívio familiar e, no caso de muitos residentes, a noite serviria de dormitório, graças ao emprego difuso da rede de dormir – objeto barato e bastante adaptável a compartimentos assinalados pela multiplicidade de usos.

Contudo, as dificuldades em torno da energia não acozavam apenas os mais pobres. Na verdade, os problemas no fornecimento de eletricidade não eram um desafio propriamente novo para os habitantes de Fortaleza. Articulada mais fortemente ao cotidiano da cidade a partir de 1913, com o aparecimento dos bondes elétricos e a distribuição de luz e força para fins particulares (ambos os serviços a cargo da Ceará Light and Power Co.), aquela forma de energia tinha aproveitamento diminuto, posto que, embora sua capital figurasse entre as dez maiores do país em termos populacionais, o Ceará era, em 1920, o penúltimo estado da Federação no tocante à geração de eletricidade, superando apenas Goiás (Kühl, 1994). O historiador Geraldo Nobre, abordando a época inicial de aplicação dessa nova forma de energia, concluiu que, à exceção do transporte urbano efetuado por carris, ela não trouxera benefícios de monta aos habitantes de Fortaleza, nem acarretara avanços no quadro da

economia estadual (Nobre, 1981, p. 111). Os trinta anos vindouros não fizeram mais do que acentuar o descompasso entre a demanda urbana em continuada progressão e os limites do suprimento energético, produzido na velha usina termelétrica da Light (cuja pedra fundamental fora assentada em 1912, passando a funcionar plenamente dois anos depois). Na década de 1940, sucediam os reclamos quanto à descontinuidade nos serviços de luz e força, a que amiúde fizeram eco os cronistas de então. Em 1943, um deles, Pires Saboia (que adotava o pseudônimo Shelley), chegou a comentar o extremo a que tal ineficácia conduziu, quando adotou o emprego de lamparinas no interior do Cine Diogo, a mais suntuosa casa de exibição do período, em vista das reiteradas interrupções no abastecimento elétrico da capital (SABOIA, 1998, p. 99-100). Praticamente nenhuma atividade corriqueira estava invulnerável aos riscos e danos provocados pelos cortes abruptos de energia.

Tais adversidades no acesso e emprego da força elétrica parecem ter incidido com particular recorrência no período de 1945 a 1965, em razão de uma combinatória de fatores variados, como a rápida urbanização, o aumento demográfico e a plethora de produtos manufaturados que passariam a ser associados aos modelos de conforto e praticidade da vida moderna. Nessa perspectiva, recorde-se que 1945 é o ano que abre, no plano internacional, a chamada “era de ouro” do capitalismo, um intervalo marcado pela prosperidade econômica e desenvolvimento tecnológico das sociedades industriais avançadas. A partir daí, ocorreria uma retomada sem precedentes do comércio mundial, o que permitiu a maior difusão de – e acesso a – bens de consumo duráveis, inclusive àquelas partes do mundo que não os produziam. Também em Fortaleza seria possível tornar a ver e adquirir os artigos industriais que, durante a grande conflagração, praticamente só apareciam sob a forma de propaganda e nos lares de alto poder aquisitivo. Com o fim da guerra, a produção massificou-se e os utilitários elétricos estavam agora mais ao alcance das classes médias, quer pela diminuição relativa do preço, quer pelas facilidades de pagamento

(prestações, empréstimos, crediários etc.). Todavia, na mesma época, a cidade atravessou enormes dificuldades quanto à geração e custo da eletricidade, sendo constantes as quedas de força, sobrecargas do sistema, racionamentos, fornecimentos alternados de energia aos bairros, aumentos tarifários. Durante quase três décadas, a população remediada de Fortaleza experimentou uma contingência de difícil resolução: equipar a casa com artefatos elétricos que prometiam praticidade, comodidade, satisfação, mas que habitualmente deixavam de funcionar, dada a precariedade do setor energético local.

Como estabelecer um sentido de privacidade moderna,⁷ referida a novos hábitos de consumo, num meio sociotécnico instável, obsoleto, irregular, às escuras? – eis a equação inelutável a que tiveram de se submeter os habitantes locais entre 1945 e 1965, ano que assinala a chegada da energia produzida pela usina hidrelétrica de Paulo Afonso (BA), que representou um aperfeiçoamento que permitiria o abastecimento mais sistemático das demandas urbanas em ascensão. Desse modo, somente em 1965, Fortaleza, até então dependente de estrutura elétrica precária e limitada à escala municipal, viria a ser beneficiada com um potencial energético gerado e distribuído em ampla rede que cruzava o Nordeste – avanço técnico bastante exaltado pelas elites políticas locais.

Contudo, um breve exame do quadro elétrico, na década de 1930, indica que a parcimônia nos investimentos para ampliação da infra-estrutura e as altas tarifas cobradas aos consumidores tornaram-se, ao longo do tempo, fatores restritivos à banalização substancial dos objetos elétricos e das facilidades alardeadas pelo discurso da propaganda. Segundo dados do *Anuário estatístico do Brasil 1938*, no ano anterior, o preço do kWh em Fortaleza era de 1\$200 – o segundo mais caro entre as capitais brasileiras, suplantado apenas por São Luiz (onde se cobrava 1\$500), e bem superior ao custo de cidades com perfil demográfico próximo ao daquela, como Niterói e Curitiba (respectivamente \$500 e \$900). No mesmo ano, o

município de Fortaleza dispunha de 10.706 ligações elétricas domiciliares para uma população estimada em pouco mais de 150 mil habitantes, ou seja, não mais que um terço dos moradores era servido dessa forma de energia.⁸ De certo modo, a primeira metade do séc. XX – quando, no esteio da Revolução Técnico-Científica surgida em torno de 1880, generalizou-se no mundo ocidental a adoção crescente da eletricidade como fator estrutural de primeira ordem na implementação dos novos processos produtivos em escala industrial (HOBBSAWM, 1977, SEVCENKO, 1994) – representou para o Ceará e, mais intensamente, para sua capital um período marcado pela necessidade, amiúde frustrada, de aproveitamento mais amplo daquela matriz energética. Se, para a maioria das cidades de reconhecida pujança fabril a força elétrica assumia um lugar estável em sua configuração técnica, para Fortaleza ela era ainda vislumbrada nos termos de uma conquista futura, pontilhando o presente com a marca de expectativas diuturnamente sujeitas ao malogro. E nesse ponto reside uma das maiores dificuldades da investigação histórica, qual seja: apreender os estados de ânimo, as sensibilidades e comportamentos adstritos a um arco temporal cujos desafios, limites e injunções não equivalem àqueles dos dias atuais e, portanto, não devem ser interpretados à luz dos valores contemporâneos ou entendidos tão-somente como uma etapa a ser consumada rumo a uma direção preconcebida. Enveredar por essa trilha de análise implicaria reduzir o passado a um presente anterior, ambos separados por não mais que a sucessão cronológica e, por conseguinte, esvaziados de singularidade, convertidos em “tempos sem qualidade”.

Mas, afinal, como transpor informações expressas em números para uma reflexão cujo escopo se volta ao entendimento das relações entretecidas, em certo tempo e lugar, entre homens e objetos? Até que ponto dados estatísticos permitem elucidar a composição de quadros da vida social? Valer-se do “peso do número”, conforme designou Fernand Braudel (1995), de maneira a investigar mudanças e continuidades no delineamento qualitativo das condições de

existência de determinado grupo ou sociedade, constitui um dos desafios lançados aos – e assumidos pelos – estudos de cultura material. Sob camadas fastidiosas de registros contabilizados pulsam configurações simbólicas, inscrevem-se hierarquias e valores, repousam costumes longevos, habitam expectativas e projeções, cujo brilho cálido ajuda a lançar luz sobre a rígida e, por vezes, pouco eloqüente constelação numérica. Quando, por exemplo, se observa que, nos estertores da década de 1930, cerca de dois terços dos moradores de Fortaleza não contavam com o benefício doméstico da eletricidade – nos anos subseqüentes tal acesso seria difundido com extrema morosidade. Não se trata apenas de uma aferição quantitativa, pois, a par disso, emerge a impressão de que o usufruto restrito daquela energia constituía um obstáculo a sua vinculação com as noções de conforto privado então em voga. Em outras palavras, sem a vulgarização daquela modalidade de luz e força no dia-a-dia da cidade, estendendo-se às habitações das classes menos favorecidas, ela tenderia a manter um aspecto de signo reservado aos detentores do prestígio e da riqueza, resistindo assim a uma inserção plena no âmbito da vivência ordinária. Por conseguinte, para uma fração majoritária da população local, as facilidades derivadas da eletricidade permaneciam associadas a uma situação de privilégio, às expensas da abundância e da equidade; denotavam, simultaneamente, excesso – uma vez que concerniam a um padrão pecuniário superior à média – e exceção –, pois se destinavam a bem poucos. A esse respeito, Eduardo Campos (1996, p. 72) informa que, no princípio dos anos 1930, havia pouco mais de cem refrigeradores na cidade que já alcançava o contingente aproximado de cem mil pessoas. Essa marca peculiar de um melhoramento técnico que não se traduz diretamente em índice de conforto, dada sua limitada abrangência, sugere ainda uma característica da urbanização brasileira, cujo aprofundamento no correr do séc. XX resultou em processos de exclusão social massiva e alijamento de serviços e equipamentos que, nos países desenvolvidos, eram de extensivo uso comunitário (Marins, 1998). Parece, igualmente, que,

vista de um ângulo mais geral, a claudicante e lenta disseminação desses aportes tecnológicos esbarrava tanto em questões adversas à implantação de infra-estrutura (e nunca convém desconsiderá-las) quanto em práticas herdadas cuja tônica prescrevia uma racionalidade econômica pautada pela busca de altos rendimentos e o reduzido alcance dos aperfeiçoamentos materiais.⁹ Dessa maneira, predominava a tendência à administração de preços elevados para os artefatos industriais e os sistemas técnicos correlatos, resultando na inibição do surgimento de novas faixas de consumo.

No que tange à presença da energia elétrica e dos equipamentos e aparelhos, cujo funcionamento dela dependia, algo de peculiar subjaz ao cotidiano de Fortaleza nos anos subsequentes ao término da Segunda Grande Guerra: pleiteiam-se recorrentemente as vantagens de um serviço de luz e força eficiente, barato e confiável, mas é de tal envergadura a incapacidade da concessionária em prover satisfatoriamente as demandas da população, que, muitas vezes, as queixas e reivindicações veiculadas na imprensa associam condutas distinguidas por um senso de improviso e adaptabilidade que quase não deixa rastro. Exemplo disso são os anúncios diários de velas, lanternas e lampiões nas páginas do jornal *Gazeta de Notícias*, um dos quais aconselhava “Não espere a luz da Light” (28 out. 1954): pequenos, objetivos, sem ilustração, tencionavam apenas divulgar a marca dos respectivos fabricantes, pois, em meio às crises energéticas que afligiam a cidade de então, parecia desnecessário destacar a serventia daqueles produtos; munir-se deles, longe de reiterar qualquer veleidade tradicional ou somente exprimir um sentimento de apego a velhos utensílios, constituía necessidade inarredável para os dias de racionamento ou queda da corrente elétrica, revelando um convívio característico entre artefatos antigos e modernos – ambos bastante atuais, no sentido de que se imiscuíam claramente na trama das necessidades corriqueiras. Rotina entremeada pelo recurso a fontes de luz à margem da energia transportada em fios e redes técnicas, quando os habitantes ensejavam uma relativa autonomia frente às

oscilações no fornecimento da Light (posteriormente Serviluz), como se percebe em inventários *post mortem* nos quais aparecem as relações de mercadorias de estabelecimentos comerciais, entre eles a Casa Pinheiro (1959) e a Merceria Joana D'Arc (1958), a que não faltavam estoques de velas e caixas de fósforo.¹⁰ Na esfera produtiva, os embaraços também se mostravam ponderáveis: os estabelecimentos industriais melhor estruturados costumavam ser equipados com unidades geradoras próprias, de maneira a reduzir a dependência do suprimento distribuído pela rede elétrica – providência que só poderia guarnecer as maiores empresas e, mesmo para essas, causando prejuízos constantes em razão dos investimentos que ficavam obstruídos pela premência em adquirir e manter maquinário para satisfazer suas demandas por energia; o excedente elétrico, quando havia, terminava sendo comprado pela firma responsável pelos serviços locais de força e luz, numa tentativa improvisada de reduzir a vulnerabilidade diante das flutuações daquele elemento imprescindível ao dinamismo econômico do município. No início da década de 1960, um pesquisador da rede urbana nacional tecia breves considerações acerca do parque manufatureiro, daí retirando a seguinte conclusão: “Fortaleza possui indústrias de tecidos, bebidas, curtumes e beneficia produtos vegetais regionais, produzindo óleos vegetais. Entre outras dificuldades que encontrou para maior progresso industrial, destaca-se o problema da energia elétrica” (GEIGER, 1963, p. 376-377). Frente a limitações tão concretas, é plausível imaginar que, na capital cearense até os anos 1950, a mercadoria mais cobiçada, para muitos de seus habitantes, fosse a própria eletricidade e não os utilitários elétricos, pois a disponibilidade irregular desse recurso energético dificultava a incorporação crescente dos chamados bens de consumo, tanto ao universo das atividades cotidianas quanto ao fomento do desejo mercantil.¹¹

Alguns órgãos de imprensa, em diferentes graus de reprovação, asseveraram a convivência dos gestores públicos na perpetuação do quadro de incúria e precariedade que acossava o serviço de eletricidade:

As instalações dessa empresa foram pouco a pouco se desgastando, sem que houvesse um verdadeiro interesse em equipá-la de modo a atender as exigências crescentes de uma cidade que aumentava.

Contando com o beneplácito dos governos a Light não cumpria seu contrato, não sofrendo, por isto, qualquer constrangimento.

Apesar de manter as mesmas linhas de bondes que existiam no ano de sua instalação e de não atender a ligações de iluminação pública e particular no ritmo desejado, já por volta de 1930 essa empresa era um dos problemas da cidade, provocando descontentamentos e, até, reações populares violentas.

A partir de 1940, sob o pretexto de guerra, a Light atingiu seu ponto crítico. Luz e força de má qualidade e caras, passaram a ser mais caras e intermitentes. As indústrias se viram a braços com a falta de energia. Fábricas trabalhavam apenas horas em cada dia e, às vezes, poucos dias em cada semana (*Revista dos Municípios do Ceará*, n. 2, 1951, p. 111).

Impossibilitado de responder satisfatoriamente ao crescimento demográfico de Fortaleza e, conseqüente, ampliação da demanda por eletricidade, o abastecimento prestado pela Light foi agravado sobremaneira pelo advento da conflagração mundial, quando praticamente cessou a importação de equipamentos oriundos do continente europeu – grandemente engajado no esforço de guerra – necessários ao reaparelhamento da usina local e manutenção apropriada de suas instalações. A precariedade do sistema de iluminação da capital cearense transparecia igualmente na dependência externa em termos de máquinas e pessoal especializado. Outro aspecto bastante problemático era revelado no processo técnico de geração de energia, de base termelétrica, obtida mediante o emprego maciço e dispendioso da lenha como combustível, acarretando severos impactos ambientais por conta da derrubada predatória de vastas áreas de mata nativa.¹² Esse conjunto de adversidades chegou a figurar no discurso de posse do governador Raul Barbosa em 1951, quando fez um balanço da situação:

Angustiosa é, sem dúvida, a nossa posição, frente ao problema da produção de energia, dadas as condições particulares do nosso meio. Não dispondo das facilidades para a geração de energia hidrelétrica, temos recorrido precariamente à instalação de usinas térmicas, com a utilização de lenha como combustível, o que contribui, de um lado, para a crescente devastação das nossas reservas florestais, e, doutra parte, para o encarecimento do preço do kw. Nesse particular, a nossa Capital apresenta-nos o aspecto mais dramático, porquanto aqui a densidade demográfica e a maior concentração de atividades industriais acentuam as exigências, agravando a crise. E esta ainda se torna mais séria e premente, devido às condições em que se encontra a nossa empresa de eletricidade.

O povo de Fortaleza paga tarifas elevadíssimas, porventura as mais altas em todo o País, para ter um serviço inadequado e deficiente, sob a constante ameaça de paralisação. As indústrias se ressentem dessa situação, vendo-se forçadas, para manter a regularidade de seu funcionamento, à inversão, em pequenas usinas próprias, de consideráveis parcelas de capital, que, desviadas dos seus fins específicos, acabam onerando o custo da produção, colocando os nossos artigos manufaturados em posição desvantajosa, na concorrência com os de outras regiões (CEARÁ, 1980, p. 9-10).

A conjuntura urbana, no tocante ao suprimento de energia, exhibia contornos preocupantes e virtualmente insolúveis num plano de ação localizado. Cortes bruscos na iluminação, fornecimento alternado aos bairros, racionamento, defeitos ou simples procedimentos de manutenção nas turbinas da velha usina do Passeio Público – tendo por resultado igual oscilação ou paralisia do serviço – tomavam parte na vida diária dos fortalezenses, mais ou menos resignados à privação de eletricidade por horas seguidas. Os mais antigos poderiam inclusive evocar a lembrança – ironicamente atualizada – do assim chamado “contrato com a lua”: medida pela qual, em noites de plenilúnio, outrora se dispensava o acendimento dos lampiões a gás nas ruas e praças da cidade, de

molde a garantir alguma economia para os cofres públicos (NOGUEIRA, 1980, p. 28; SILVA FILHO, 2004,87-88). Não obstante, existe a hipótese segundo a qual a sonora expressão não insinuaria um acordo singelo entre o calendário lunar e um dos mais prestigiosos ícones da modernidade urbana; designaria, ao contrário, a maneira jocosa encontrada pelos segmentos populares para ridicularizar, na segunda metade do séc. XIX, a inépcia do contratante do serviço de iluminação (NOBRE, 1981). Se a validade de uma interpretação não se postula forçosamente em prejuízo da outra, o mais intrigante repousaria nessa convergência de temporalidades proporcionada pela dissonância entre a fragilidade da rede técnica e o avanço da urbanização, deixando outra vez a cidade às escuras.

Aproximações no tempo, clivagens no espaço. Nos jornais de Fortaleza, algumas matérias tinham por intuito maior insurgir-se contra eventuais arbitrariedades cometidas pela concessionária de energia, cuja distribuição de luz aos bairros punha a descoberto modos pouco explícitos de hierarquização dos diversos territórios urbanos. Veja-se, a exemplo, a queixa publicada no vespertino católico *O Nordeste* (1 out. 1962), que fazia coro aos protestos de habitantes de áreas pobres:

Temos recebido diversas reclamações contra a tabela de racionamento do antigo SERVILUZ [Serviço Municipal de Luz e Força de Fortaleza], hoje Companhia Nordestina de Eletrificação de Fortaleza [CONEFOR]. Enquanto em bairros pobres e subúrbios, o “pisca-pisca” chega a ser “black-out” contínuo, em certos “boulevards”, como a Aldeota, os desligamentos quase não se fazem sentir. No bairro de Benfica, pendendo para o trilho do trem (rua Joaquim Feijó e adjacências), a luz chega às 22 horas, falta pela manhã e, com pequenos intervalos, volta somente à noite, de novo. Os moradores estão revoltados ao saber que, em outros pontos da cidade, o racionamento chega a ser menos rigoroso, em outros chega quase a inexistir.

As desigualdades no usufruto da eletricidade não se restringiam, portanto, à polarização entre os que tinham acesso àquela matriz energética e os que dela não dispunham. Com as interrupções programadas no fornecimento de luz e força da capital cearense, vinham à tona novas formas de privilégio social e segregação espacial, embutidas no tratamento diferenciado que beneficiava os moradores e frequentadores dos bairros mais ricos da cidade. A partir da década de 1950, a Aldeota, situada no lado leste da capital, assumiria a condição de nicho dos afortunados, daí por diante consolidando a primazia simbólica no tecido urbano e atraindo moradores abastados de outros locais, cuja distribuição ainda incluía Jacarecanga e Benfica, bairros que até então concentravam as famílias de maior renda. Contudo, aquele novo reduto da elite, favorecido pelo circuito da valorização imobiliária, também estava sujeito a problemas correntes em zonas residenciais modestas, a exemplo da irregularidade na coleta de lixo (usualmente despejado em terrenos baldios ou enterrado nos quintais) e da deficiência no transporte público que fazia a ligação com o centro comercial (JUCÁ, 2000, p. 39-40). Os efeitos da urbanização acelerada e carente de planejamento administrativo se alastravam de tal maneira que nem mesmo as áreas das classes ricas permaneciam resguardadas da ausência ou inadequação dos serviços e equipamentos de infra-estrutura. E, por paradoxal que se afigure, houve ocasiões em que precisamente essa debilidade (que tanto comprometia os chamados “foros de civilidade”) acentuou, no cotidiano de Fortaleza, um traço característico da vida social em metrópoles modernas: a crescente necessidade de sincronia entre as mais diversas atividades e funções urbanas (SIMMEL, 1979); ou, no caso, entre desregulagens e disfunções. Tal se deu com as reiteradas quedas de força, compelindo a empresa responsável a adotar um cronograma de racionamento, mediante o qual se divulgavam com antecedência os dias, horas e bairros a serem afetados. Com a tomada dessa providência a população se via, agora, menos sujeita à completa imprevisibilidade nos cortes de energia,

muito embora ela ainda constituísse uma possibilidade real. Parece que mesmo a irregularidade técnica, quando organizada em horários prescritos, terminava se revestindo de um aspecto menos intolerável, conforme atestou um cronista local:

“O pior no que estava acontecendo era a incerteza dos moradores da cidade, que não sabiam quando a energia ia desaparecer nem quando tornaria a chegar. E nessa expectativa enervante cada um ficava dia e noite. Agora pelo menos não se tem que esperar por aquilo que com certeza não virá” (*Gazeta de Notícias*, 1954).

A seu modo, a capital cearense ensaiava um processo sinuoso de adesão a condutas hauridas no estilo de vida moderno – como o senso de pontualidade articulado à estrita observância do tempo do relógio¹³ – que, surpreendentemente, revelavam um quadro de ineficiência material e técnica que atingia dimensões variadas de sua experiência urbana.

Um dos inúmeros problemas causados pela intermitência de eletricidade era a inativação das centenas, talvez milhares, de motores que, normalmente instalados em quintais, retiravam água de poços e cisternas para o abastecimento e uso familiar. Quando cessava a energia, entrava em operação um séquito de utensílios desprestigiados pela configuração da casa moderna, porém de incontestável valia nos reveses do cotidiano e que não poderiam faltar em qualquer residência daquela época: baldes, canecas, latas, potes eram mobilizados para transportar e estocar o líquido, enquanto não fosse possível tornar a extraí-lo do subsolo. Contratempos dessa natureza provavelmente favoreciam ou mesmo impeliam a manutenção de redes de solidariedade e camaradagem entre vizinhos, parentes e amigos próximos, mediante a cessão de recipientes em desuso: o aprovisionamento de água franqueado aos moradores menos previdentes por parte daqueles equipados com cacimbas; além da mão-de-obra gratuita, composta de crianças e adolescentes, que pais prestimosos punham gentilmente à disposição

dos vizinhos. Mas essas adversidades também indicavam os percalços urbanos no tocante ao fornecimento de água pela rede subterrânea, que servia uma porção ínfima da população de Fortaleza: dos 51.081 domicílios recenseados em 1950 para o *Censo demográfico do estado*, apenas 9.447 possuíam água encanada, representando pouco mais de 18% do total de moradias. Nas noites sem luar, a falta de energia costumava deixar a cidade em sombra e – algo que pouco se menciona – provocava sede.

Contudo, a relação entre água e energia não se limitaria ao precário abastecimento (de ambas) que acossava o dia-a-dia da população de Fortaleza. Aqueles dois recursos descreviam itinerários muito caprichosos pelo espaço urbano, nem sempre fáceis de mapear, entremeando áreas públicas e ambientes privados numa rede sociotécnica que alternava instalações conspícuas (como os grandes reservatórios d'água situados na praça Visconde de Pelotas, no perímetro central) e equipamentos resguardados da observação indiscriminada dos estranhos, abrigados na zona quase opaca da intimidade familiar, a exemplo dos já referidos motores que bombeavam água do lençol freático, não raro dividindo os quintais com fossas sépticas, árvores frutíferas e até pequenas criações, notadamente de galinhas.

Um dos pontos de entrecruzamento da corrente elétrica com os fluxos aquosos se materializava numa atividade reconhecidamente penosa e de poucos ganhos, a que se dedicava grande número de mulheres pobres residentes na capital: a lavagem de roupa. Ofício que requeria habilidade, experiência, resistência física e um grau acentuado de confiança por parte dos fregueses, os quais habitualmente mantinham a mesma lavadeira e engomadeira durante anos. Em caso de dispensa ou mudança, a substituta certamente viria indicada por parente, comadre ou vizinha. Trabalho eivado de frágil, quase nula, discricção, a limpeza das vestimentas alheias constituía, para os mais curiosos, um acesso privilegiado à rotina miúda das famílias, permitindo avaliar a estabilidade e o nível de renda da clientela, sua ascensão ou declínio na escala

socioeconômica, mediante o exame da conservação das roupas, da renovação periódica do vestuário, dos trajes há muito suplantados pelos ditames de modas sucessivas, da descoberta de puimentos e desbotados, que revelavam uso desmesurado das peças. Se porventura uma família mudasse de endereço, a lavadeira ver-se-ia na contingência de cumprir distâncias ainda mais longas para não perder uma clientela que tendia a ser fiel – vantagem decisiva quando se está no limiar da sobrevivência. Suas andanças pelas ruas da cidade franqueavam aos transeuntes pronta identificação, assinalada pelos fartos volumes de roupa equilibrados sobre a cabeça. Para a faina diária, recorria-se à água de riachos, lagoas e mesmo poças remanescentes das chuvas mais intensas, normalmente concentradas nos primeiros meses do ano. Embora fosse notória a precariedade daquele trabalho e das condições de higiene a ele relacionados, até o início da década de 1950, Fortaleza ainda não dispunha de lavanderias públicas que propiciassem maior salubridade a sua execução, o que talvez ajude a entender o apelo profilático que balizava um anúncio da lavadora de roupa Montgomery Ward, publicado no jornal *O Estado* (6 nov. 1947). O cujo título, mais que sugerir as vantagens do produto, era o prenúncio de um alerta: “Com vistas às senhoras donas de casa. Melhor prevenir que curar!” Agudizando temores antigos quanto à propagação de doenças em meio aquoso, onde, conforme a propaganda, padeciam vestimentas em estado de “promiscuidade”, salientava-se a importância daquele aparelho elétrico na defesa da saúde familiar – apanágio tradicionalmente feminino. Embora sua adoção em muito pudesse facilitar o desempenho de uma tarefa morosa e desgastante, a máquina de lavar era tratada não como uma expressão material de conforto, dispositivo mitigador de esforço, mas como salvaguarda higiênica, contígua ao papel de tônicos e elixires – possivelmente um argumento de aceitação mais legítima numa sociedade mal refeita dos sobressaltos do conflito de 1939-45 e ainda pouco afetada, em seu conjunto, pelo espargir dos eletrodomésticos.

Se o objeto técnico realizava funções cujo desenrolar se punha, freqüentemente, à distância de uma acurada observação, demandando do usuário conhecimentos específicos e pouco afeitos à linguagem cotidiana – os manuais tentariam, a sua maneira, intermediar a aproximação entre os consumidores e seus bens –, os labores corriqueiros detinham, por seu turno, uma plasticidade e variação favorecida por gestos de apreensão comum, posturas transmitidas de uma geração a outra, recomendações ou interdições verbais. Nas memórias de Eduardo Campos, que ainda criança veio residir em Fortaleza, a passagem da lavadeira pela residência dava ensejo a uma série de pequenos cuidados e manobras corporais, desde o reclinar do tronco para que o rol lavado e passado, sempre conduzido no topo da cabeça, não esbarrasse na bandeirola – elemento arquitetônico hoje desaparecido e então dotado de estilizações variadas que, vazado e fixado acima da altura média das portas, permitia maior circulação do ar entre os cômodos da casa. Destrezas manifestas na lida daquele trabalho, respaldadas em olhar treinado por anos de prática e que chegavam a nortear diálogos femininos de uma franqueza atualmente percebida como intolerável falta de recato:

[Lavadeira:] “Esse vestido está dando adeus, se despedindo mesmo, nem esfreguei muito senão rasgava...” – “O cinto azul larga tinta... Não me lembrasse de separar, ia estragando as anáguas da senhora...” [...] “Essa calça está dando adeus... Um furinho desse não agüenta esfregado... Ninguém pode bater roupa dessa na pedra!”

Minha mãe acudia, atenta: “Você bate muito! Já lhe disse mais uma vez... Em roupa minha nada de arrochar o pau, nem malhar em pedra... Pode vir no natural mesmo. O ano passado, meu prejuízo de roupa foi grande!”

Indiferente, com um muxoxo, a mulher dizia baixo: “Até a gente se acaba, dona...” (CAMPOS, 1998, p. 31-32).

Esfregadelas na pedra, golpes com madeira, enxágües e fricções em água e sabão: ações que reportavam à aquisição e

desenvolvimento de habilidades nas quais se aprendiam modos tradicionais de utilizar o próprio corpo, fazendo dele o ponto de aplicação de uma determinada técnica, sem o concurso necessário de outros apetrechos, como bem observou Marcel Mauss (2003, p. 407): “O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo”. Essas técnicas do corpo, que incluem, dentre outras atividades, o comer, o beber, puxar, empurrar e erguer pesos, andar e correr, realizar a higiene pessoal, costumam ter sua duração assegurada pela existência de complexas cadeias de transmissão desses ensinamentos que, ao longo de uma vida, tornam-se praticamente indistintos do próprio indivíduo, embora só adquiridos, internalizados e executados por meio da socialização de um sem-número de gestos, ritmos e destrezas. A naturalidade aparente desses repertórios corporais, sedimentados por gerações sucessivas e receptivos aos conteúdos herdados, tende a se chocar com os mecanismos das máquinas (como a lavadora de roupa, o aspirador de pó, o liquidificador), que, ao substituir o corpo, instauram uma nova relação entre o homem e seu meio e implicam, ainda, o surgimento de outra economia da percepção.¹⁴ Se, conforme ajuntou Gilbert Simondon, todo objeto técnico é a concretização de um gesto, sua aparição tangível convertida em poder de repetição (cf. SANTOS, 1994), há que ter em conta as modificações na cultura sensível que se inscrevem a partir do emprego dos artefatos elétricos. Com a lavadora, por exemplo, as roupas postas em seu tanque, decorrido certo tempo, saem limpas, sem interferência direta do braço humano; o conjunto de movimentos e esforços despendidos pelas mulheres lavadeiras é subtraído, perde-se o contato com elementos naturais circundantes (regatos, lagoas, córregos) e a própria relação com a água se desvencilha do tato. Em seu lugar comparecem a operação mecânica acionada pelo comando de botões, o ruído do aparelho em funcionamento, a corrente de água que, oculta da visão, flui para o interior da máquina e, obviamente,

a energia elétrica. Com o uso do aparelho, lavar roupa deixa, igualmente, de condicionar-se ao sabor das intempéries, pois a tarefa passa a ser realizada em lugar coberto, ao invés do relento, em geral submisso à incidência do sol ou da chuva, implicando assim uma ligeira retração na supremacia dos quintais na condução das tarefas do lar. E, para acelerar a secagem das peças, haveria sempre a possibilidade de improvisos eventualmente transgressores, como o que consistia em estendê-las atrás do refrigerador... por mais que os manuais de instrução reprovassem tal prática, porquanto ela impedia que o aparelho “respirasse”. Percebe-se, com efeito, a intensidade de transformações desencadeadas com a introdução de produtos industriais no plano doméstico, algumas das quais devem ter provocado certo estranhamento e, por conseguinte, resistência a sua disseminação, devida, em parte, às dificuldades no correto e eficiente manuseio dos objetos.

Outro fator restritivo era, decerto, o preço dos utilitários, além da inoperância no serviço de eletricidade que abastecia a capital cearense e da constante majoração tarifária, a ponto de, em julho de 1957, os gastos com luz e combustíveis responderem pela maior elevação do custo de vida, se comparados aos outros setores em apreço (alimentação, habitação, transportes, vestuário). Somado a essas limitações, um condicionante desfavorável ao alastramento daqueles bens de consumo se prendia à composição da força de trabalho local. De acordo com os inquéritos promovidos pelo *Censo estatístico de 1950*, o contingente populacional engajado no universo do trabalho atingia 85.816 indivíduos, dos quais a maior porção (em torno de 29%) estava ligada à prestação de serviços. Eram 25.116 pessoas; contudo, adverte a *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (1959, p. 215), “somente 3.339, ou seja, 13,26% exerciam [atividade] em estabelecimentos devidamente instalados, sendo que o restante ou se dedicava a atividades particulares ou eram empregados domésticos”. Para cerca de 21.800 habitantes, a sobrevivência dependia do envolvimento com serviços de natureza precária, de baixa especialização e pequena remuneração, correntemente

associados à lida no espaço das moradias. Tamanha disponibilidade de mão-de-obra barata, historicamente submetida a formas de superexploração do trabalho, representava uma inibição adicional ao consumo de eletrodomésticos. Quinze anos depois, essa condição estaria mudando, a julgar pelos comentários tecidos pelo padre Antonio Vieira em sua coluna no jornal *O Povo*, sugestivamente denominada "Canto do vigário". Abordando as adversidades resultantes da menor oferta de empregadas domésticas, que aparentemente não acompanhava o ritmo do crescimento da cidade, o articulista teceu breve apreciação:

O problema empregada constitui hoje um pesadelo tremendo e uma fonte perene de sofrimento para muitas famílias. As necessidades atuais mais do que antigamente exigem maior disponibilidade de tempo das donas de casa. Crescem em progressão matemática as facilidades técnicas e o conforto, mas ascendem em ritmo geométrico as responsabilidades e as preocupações da mulher moderna. [...] Não se pode conseguir hoje uma boa empregada, mesmo a peso de dinheiro. Foi uma reação inesperada e bem articulada contra o abuso de autoridade de muitas donas de casa e de muitos patrões que descarregavam nas humildes empregadas todos os seus recalques, ciúmes e complexos (*O Povo*, 5 jan. 1965).

Há exagero na reflexão do sacerdote, pois, mesmo que aumentados os gastos com a remuneração dos serviços, ainda não estava em curso a tão alardeada escassez de braços, por sinal ainda numerosos numa cidade a que acorriam crescentes levas de migrantes, oriundos das zonas interioranas. A hipótese de um boicote criado por conta de uma presumida estrutura de classe auto-organizadora, tingida de romântico desagravo ante as iniquidades do passado, tampouco se sustenta, justamente em razão da estreita margem de negociação política e grande vulnerabilidade econômica daqueles trabalhadores. Ao que parece, o autor mesclava seus pendores de cronista assíduo às prescrições eclesiásticas, por vezes

transfigurando a imprensa em púlpito, como na reprimenda ponderada ao luxo excessivo das senhoras abastadas, a quem aconselha moderação no lazer de clubes e praias, menor exposição a ambientes suntuosos e redução no tamanho de “suas mansões e [n]o número de seus móveis”. A situação exigiria, segundo ele, revisão das condutas tomadas pelos segmentos privilegiados, em especial as mulheres, usualmente mais prejudicadas pela rarefação das domésticas. E o texto arremata com o relato de um caso que beira a anedota:

Outro dia, um cidadão casou-se com uma empregada que lhe servia humilde e generosamente. Foi um escândalo para a sociedade e para as famílias. E uma afronta a muitas moças casadouras. A indignação pairava no ar: - Que baixeza! casar-se com uma empregada! Com toda naturalidade ele explicava aos seus amigos: - “É muito mais simples e cômodo. Os outros homens casam-se e fazem das suas mulheres escravas, depois do matrimônio. E dá um trabalho danado. Eu apenas fiz isto antes, e com mais sucesso e vantagem porque ela já está acostumada”.

Por trás do cinismo bem-humorado, entrevê-se alguns indícios da rotina fatigante que presidia a vida de mulheres dedicadas aos serviços da casa, fossem patroas ou empregadas. Cresciam, no entanto, os anseios por maior nível de conforto nos espaços de moradia, em parte insuflados pelo discurso publicitário. Não à toa, entre 1950 e 1959, mais que triplicou, no Ceará, o número de estabelecimentos varejistas para comércio de máquinas e aparelhos de uso doméstico, material elétrico, além de instrumentos musicais e discos (*Censos comercial e dos serviços*, 1960, v. 4, t. 3, p. 56 ss). Passando de 25 para 78 unidades, essas firmas foram, entre todas as classes de lojas, as que mais investiram em propaganda e publicidade, cujo montante alcançou 5,5% do total de suas despesas. Em 1959, o setor empreendeu um volume de vendas pouco superior a Cr\$ 505 milhões (fora os aproximados Cr\$ 18 milhões negociados

no atacado), dos quais quase metade à vista (Cr\$ 240.819 mil), indicando a limitada disponibilidade de crédito das lojas para ampliação da faixa dos consumidores. Mesmo assim, esse gênero de comércio já apresentava o maior percentual de vendas à prestação, correspondente a mais de 18% de todo o valor movimentado, ficando as negociações a prazo em torno de 35%. Esses dados auxiliam no esboço de um quadro socioeconômico que aponta algumas das condições materiais delimitadoras da aquisição de eletrodomésticos, mormente entre as residências de Fortaleza. Pois, embora as informações se estendam ao território geográfico do estado, o setor comercial em questão, como também a maior demanda por ele, concentrava-se na sua capital, já há muito consolidada como a mais importante praça mercantil da região, incluindo porções do Piauí e do Maranhão em sua zona de influência (Geiger, 1963). Essa disparidade entre o interior e a metrópole fica explícita ao se cotejar, no *Censo demográfico estadual de 1950*, os domicílios particulares servidos de iluminação elétrica em todo o Ceará (34.767), cuja maioria estava localizada em Fortaleza (18.628). Preponderância que, todavia, não deve surpreender, dado o baixo nível de urbanização do estado como um todo, que, àquela época, ainda mantinha no campo praticamente três quartos de sua população.

Nos alvares da década de 1960, a capital já contava 11.338 geladeiras entre as suas 92.128 habitações, algumas das quais deveriam ser a querosene, embora tais especificações não constem nas cifras apresentadas. Distribuído em pouco mais de 12% das casas, aquele aparelho ia paulatinamente se afirmando como um patrimônio do grupo familiar, não exatamente porque beneficiasse um significativo montante de pessoas, mas por comparecer, com maior assiduidade, em residências com seis ou mais moradores (cf. *Censo demográfico*, 1960, p. 112 ss). A exemplo de outros bens industriais, o refrigerador convergia com as expectativas de bem-estar e comodidade acentuadas no pós-guerra; contudo, a despeito de fomentar a legitimidade em torno dos benefícios e prazeres cada

vez mais vividos no âmbito privado, sua unidade consumidora básica residia na família nuclear, diferentemente do momento atual que, embalado pelos vertiginosos avanços na miniaturização e portabilidade dos objetos técnicos, direciona seus apelos mais candentes para o indivíduo, provocando um sentimento de atomização social e um convite ao deleite solitário, cuja intensidade era desconhecida no passado. Naqueles anos, tendia-se a enfatizar os casais jovens como sujeitos preferenciais ao ingresso no reino do consumo moderno, pois já pertencentes ao modo de vida urbano e emulados por um impulso de ascensão econômica menos acalentado e perseguido pela geração de seus pais. As seções femininas das grandes revistas e as peças publicitárias se apropriaram de, e souberam ampliar, essas vinculações entre amor romântico e desejo de consumo (cf. SEVCENKO, 1998, p. 607 ss). Sugeriam a necessidade de um acesso aos bens industrializados como realização gradativa e demarcadora da identidade do casal, conquista lenta que demanda empenho concentrado e planejamento doméstico, cujo êxito se confirmaria no extenso decurso da vida conjugal: “se, a princípio, nada se tem, mas se juntos, marido e mulher, não medem sacrifícios para ir aos poucos adquirindo o que almejam, como tudo lhes parece ter um valor estimativo dobrado? Cada objeto que se compra representa um prazer e, aos poucos, vai-se adquirindo, sem maiores complicações, tudo que se deseja” (*O Cruzeiro*, 16 jul. 1960, p. 44).

A reflexão sobre os valores sociais nuançados que incidiam nos artefatos domésticos permite vislumbrar alguns dos limites ao ideal de conforto e prosperidade assinalado no crescimento econômico e industrial dos anos 1950-60, que só paulatinamente fomentaria o ingresso de novas camadas urbanas no mercado consumidor:

“O estilo de vida urbano é um produto do capitalismo industrial, que se transforma cada vez que novos produtos são lançados no mercado. O automóvel, a

televisão, o telefone, a geladeira e centenas de outros produtos caracterizam um padrão de vida que constitui a razão de ser do 'desenvolvimento' para a maioria da população. É claro que a importação destes novos produtos tende a crescer na medida em que parcelas crescentes da população são incorporadas à economia capitalista" (SINGER, 1995, p. 223).

Como se percebe, a penetração desses bens industrializados na experiência cotidiana dos contingentes urbanos está indissociavelmente relacionada à expansão da economia de mercado, num período – o pós-guerra – em que a sociedade brasileira é permeada por um processo simultâneo de diferenciação e generalização do consumo (CARDOSO DE MELLO E NOVAIS, 1998, p. 604 ss).

Os números do *Censo de 1960* nada registram sobre a distribuição dos utilitários elétricos pelos diversos bairros de Fortaleza. Sabe-se, entretanto, que boa parte dos aparelhos tendia a aglutinar-se nas áreas que compreendiam as habitações das classes ricas. Ao término dos anos 1950, a hegemonia urbana havia sido conquistada por um trecho a leste do perímetro central, de ocupação recente, embora já encabeçando a hierarquia espacial e simbólica, conforme se depreende da menção inserta na *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (1959, v. 16, p. 220): "Dentre os principais bairros da Capital cearense, o da Aldeota se constitui dos mais notáveis; suas modernas e confortáveis residências, luxuosamente instaladas, conseguiram-lhe o nome de 'bairro aristocrático da cidade'".

A magnificência das casas e a presença de automóveis luxuosos singularizavam a paisagem onde os detentores do poder e da riqueza encontravam refúgio. Nas artérias pontilhadas de novas habitações, sobressaía a intenção de generalizar certos traços arquitetônicos que induziam a uma nítida separação entre público e privado, dentre eles o recuo das fachadas em relação ao alinhamento das vias, a valorização de construções estruturalmente isoladas em seus respectivos lotes, a ereção de muros e gradis para

demarcar a intimidade dos moradores e preservá-los da contigüidade com o bulfício da rua. Esse desejo de insularidade habitacional era cúmplice do propósito de equipar a casa com objetos que referendassem, no imaginário coletivo, sua autonomia frente à cidade. Na morada dos afluentes se concretizava um impulso de reação à “desordem urbana”, que punha em jogo não propriamente uma purificação da cidade ou projeção utópica (cf. SARLO, 1997), e sim a procura por nichos onde a racionalidade das edificações, o traçado regular das vias e a presença dos dispositivos tecnológicos lograssem instaurar uma sensação de abrigo e estabilidade à contraluz das tensões sociais irrompidas pelo intenso crescimento demográfico da capital (SILVA, 1992).

Mas essa constituição de uma frágil atmosfera burguesa, no sentido de exacerbação da domesticidade, usualmente era afrontada pelo funcionamento irregular do sistema elétrico que, deixando praças e lares às escuras, punha às claras a reconfiguração que transformava o domínio privado num prolongamento capilar da rede técnica. De certo modo, a falta de luz tornava visíveis os limites e impasses do refluxo de urbanidade em andamento nas áreas privilegiadas de Fortaleza. Pois, no programa de diferenciação tácita entre a casa e a rua, perdia-se a possibilidade do convívio plural e das relações de vizinhança que tecem a vida social de um bairro e o inscrevem numa zona híbrida, dissolvente da polarização rígida entre mundo público e domínio privado; à diferença dos arrabaldes e regiões ocupadas por segmentos mais modestos, onde a calçada, à noite, tornava-se um lugar para estar e não um ponto de passagem. Tratava-se ali, portanto, de uma co-extensão do espaço de moradia na qual familiares e vizinhos afluíam para fora das habitações apertadas, conversavam longamente, faziam circular uma miríade de notícias e informações, controlando pelo olhar as crianças e suas brincadeiras. Naqueles arrabaldes, onde o pequeno movimento de veículos favorecia outras ocupações da rua, ampliavam-se as possibilidades de experiências partilhadas e arranjos de solidariedade entre os que não dispunham dos equipamentos urbanos existentes nos bairros ricos (CAMPOS, 2001; SILVA FILHO, 2002).

A experiência cotidiana balizada em laços de espírito gregário era, inclusive, estimulada pela disposição material das habitações populares, em geral paredes-meias umas com as outras, de testadas estreitas e erigidas sobre o alinhamento da rua, o que diluía a fixação de rupturas estáveis entre a vida íntima e o espaço público. A forte interação comunitária observada em bairros suburbanos desenhava, assim, um contraste com o relativo esvaziamento dos logradouros margeados por domicílios suntuosos. Talvez por isso a mãe de Narcélio Limaverde, autor de um livro de memórias sobre Fortaleza, costumasse designar a Aldeota de “cemitério dos ricos” (LIMAVERDE, 1999). Um lugar onde a rua deixa de ser povoada, as pessoas se recolhem ao recinto doméstico e se relacionam cada vez menos com os moradores circundantes, onde a proximidade calorosa da vizinhança se esgarça em proveito de uma experiência que se pretende distinguida por investimentos correlatos na elegância das edificações e na valorização da privacidade. Parece irônico que uma casa mais bem dotada de mecanismos técnicos disseminados em rede (eletricidade, água, comunicações), portanto, em princípio, mais inclinada para uma extroversão rumo à esfera pública, seja solidária à retração das sociabilidades heterogêneas. Ao olhar de alguém formado no seio de tradições agregadoras e vínculos coletivos, o bairro predileto da burguesia local só representava o sonho metropolitano de Fortaleza naquilo que havia de mais lúgubre; em vez de máquinas de morar, aquelas casas modernas seriam máquinas de morrer.

E, por um curioso efeito reverso, a cidade que, a partir de meados do Oitocentos, foi progressivamente marcada pela vontade de delimitar lugares apartados para o movimento dos vivos e o repouso dos mortos (BATISTA, 2002), passaria, no século vindouro, a defrontar-se com a letalidade da energia na seara doméstica; o interesse em distanciar a visão e o cheiro dos mortos não impediu que a morte trajasse novas roupagens. A fonte que “animava” seres não-humanos fazia, com recorrência inquietante, vítimas entre os humanos. Em paralelo aos novos dispositivos técnicos que se

espraíam na esfera privada, dá-se o surgimento de ameaças outrora inexistentes, imprimindo contornos instáveis à ordenação das atividades corriqueiras. É o caso das preocupações crescentes que resultam na exigência de maiores cuidados no emprego dos eletrodomésticos, de maneira a prevenir a ocorrência de choques cujo efeito poderia ser fatal. Nos jornais despontam conselhos voltados à orientação de uso, conservação adequada e permanente observação do desempenho funcional dos equipamentos – requisitos que se queriam cada vez mais imprescindíveis à proteção e benefício dos consumidores. Por vezes, avulta um sentido de urgência na acolhida das novas recomendações, a exemplo do artigo “Perigos na casa”:

Comumente se crê que somente as correntes elétricas de alta potência sejam perigosas; todas as mães sabem que as crianças não devem subir em postes que sustentam instalações elétricas, todas as donas de casa sabem explicar às empregadas que se o vento carrega uma peça de roupa da corda para os fios elétricos, há perigo de morte em tirá-lo de lá.

Poucas, no entanto, sabem que nos podem fulminar também as correntes a baixa tensão, as que dão vida aos variados aparelhos que, sempre mais numerosos, entram na casa moderna: abajures, fornos, ferros de engomar, aspiradores de pó, enceradeiras, secadores de cabelo, navalhas, refrigeradores, batedores, rádios, toca-discos e, para aumentar a série, os brinquedos elétricos com trenzinhos, projetores, máquinas para coser etc. [...]

Todos os aparelhos citados são construídos de modo a não apresentar perigo: eles têm partes isolantes que servem para impedir a passagem da corrente do aparelho a quem lida com ele. Mas basta que um isolante falte ou esteja estragado, basta que um cabo esteja desfiado, ou que, por exemplo, se estabeleça um contacto entre os fios da luz e os da campainha, basta que se faça uma manobra errada e que se estabeleça um “a terra” através do nosso corpo, para que se caia fulminado. Quem usa aparelhos elétricos deve tomar precauções para que não possa cair em erro em um momento de pressa ou de distração.

Por exemplo: quem empunha a tomada pela parte elétrica (ou pela parte isolante e esta se acha estragada), e ao mesmo tempo gira a torneira de água, se expõe a gravíssimo perigo, porque, como veremos adiante **ÁGUA + ELETRICIDADE = MORTE**: neste caso a tomada de corrente deve ser colocada em posição distante da torneira e o perigo está eliminado (*O Jornal*, 30 mar. 1959).

Que o texto integrasse a seção feminina do periódico, não surpreende. Relevante é sua aparição num espaço tradicionalmente reservado a notícias de moda, conselhos médicos para a criação dos filhos, pequenas dicas de beleza pessoal e lides domésticas, indicando, portanto, a presença mais assídua dos novos produtos na vida diária. Em meio às instruções, determinados aspectos merecem destaque. O primeiro deles consiste na dramática mudança de escala que os eletrodomésticos demandavam e nos desafios subjacentes ao remodelamento da percepção sensível: se parecia óbvio o risco potencial concernente a grandes instalações técnicas que tomavam assento nas ruas da cidade (postes de iluminação, fiação aérea, transformadores elétricos), doravante cumpria ressaltar a periculosidade dos aparelhos de menor dimensão, projetados e fabricados para o espaço privado. Isto significa que, a par e passo com a modernização da casa, amplia-se a possibilidade de acidentes graves cujas causas, amiúde banais, requerem maior coeficiente de atenção e responsabilidade individuais. Gestos displicentes, breves distrações, pequenas confusões no emprego dos artigos elétricos devem ser meticulosamente identificados, analisados, corrigidos e evitados; para tanto, convém observar e controlar, melhor e mais acuradamente, a postura do corpo, assegurar-se de que seus movimentos, flexões e destrezas no contato com os objetos técnicos não provoquem danos aos usuários. Se o domínio preciso de um repertório de gestos implica acréscimo das capacidades corporais mediante a aplicação dos utilitários elétricos, os menores descuidos adquirem igualmente uma envergadura antes desconhecida. O que se ganha em termos de eficiência produtiva e economia de esforço é correlato à disseminação dos perigos e à irrupção

de novos focos de inquietação: “Somos forçados a estender a questão da tecnologia não apenas à substância produzida, mas ao acidente produzido. [...] O enigma da tecnologia é também o enigma do acidente. [...] Cada tecnologia produz, provoca, programa um acidente específico” (VIRILIO, 1984, p. 39-40).

Ressalte-se que a celeridade que os artefatos imprimem aos labores se prolonga na necessidade, tornada permanente, de monitorar seu bom funcionamento – atitude a ser convertida em hábito e secundada por uma certa inclinação de urgência que prescreve o reparo imediato de qualquer defeito, como recomenda em tom imperativo a matéria jornalística: “Faça consertar os estragos logo que os descobre; todo o desleixo ou indiferença nesse sentido pode ser fatal.” O ganho de tempo, propiciado pela adoção daqueles objetos, vem acompanhado da intolerância progressiva com a demora no conserto: fatal é não somente a probabilidade de um acidente, mas a regressão a um ritmo de ação mais cadenciado, quando o utilitário deixasse de funcionar. No âmbito dessa intimidade, gradativamente acossada pela interação com produtos derivados da indústria moderna, vai sendo desenhada uma tendência de ojeriza à lentidão que, embora anterior à vaga tecnológica dirigida ao recesso privado, tem nela um ponto de apoio sutil e efetivo.

Advertências aparentemente elementares, como a proibição do contato entre água e eletricidade, sugerem ainda quão recente e limitada era a penetração dos objetos técnicos nas casas de Fortaleza, bem como permitem inferir as dificuldades de lidar com uma fonte energética cuja passagem, ao contrário de suas congêneres tradicionais ou menos recentes (ígnea, eólica, tração animal, hidráulica, vapor), não deixa rastros à sensibilidade visual. Não é implausível que a inobservância dessa cautela tenha mesmo contribuído para o registro de 22 casos de acidentes por choque em 1963, cujas vítimas foram atendidas no Pronto Socorro de Fortaleza (*Anuário do Município de Fortaleza*, 1964, p. 176-177). Embora tais ocorrências denotem uma frequência maior da eletricidade no

cotidiano da capital, vestígios pouco condizentes com a dinâmica de um grande centro urbano eram abundantes: nas estatísticas daquela mesma unidade hospitalar, deram entrada 52 pessoas que sofreram picadas e 91 agredidas a mordidas, caracterizando um espaço social cujas pretensões de modernidade se imiscuíam – e dissolviam – na profusão de animais peçonhentos em casas e quintais, cães e gatos vadios que singravam as ruas, eqüinos e muares para movimentar carroças e transportar mercadorias. Enfim, uma autêntica fauna que destoava da constituição do imaginário urbano, fortemente entremeado pela pujança técnica e a ubiqüidade do artifício, às expensas da natureza.

Embora restrita a grupos sociais mais favorecidos (empresários, comerciantes, industriais, profissionais liberais etc.), a expansão no consumo de aparelhos elétricos entre as décadas de 1940 e 60 acarretou transformações relevantes na gestão da casa, no desempenho de tarefas ordinárias e na cultura sensível dos indivíduos. Pequenos manuais e encartes dos fabricantes, distribuídos aos compradores daqueles objetos nos anos 1950 e 60, esmeravam-se no esclarecimento de possíveis dúvidas e no detalhamento de precauções ulteriormente inócuas: o recipiente de vidro do liquidificador Walita sempre deveria ser limpo após o uso, “tal como se limpa qualquer outro vidro”; o motor da batedeira não poderia ser posto em água corrente, bastando usar um pano úmido para retirar possíveis resíduos; quanto ao liquidificador Arno, “NUNCA o submerja na água, o que danificaria o seu motor”. Já o refrigerador Brastemp deve permanecer ligado à noite e nunca instalado perto do fogão ou sob luz solar; reprova-se ainda o hábito de estender panos em seu lado posterior, pois é necessário assegurar espaço para a “respiração” da máquina. Antes de solicitar assistência de profissionais especializados, sugere-se averiguar se o termostato está em zero, se há fusível queimado ou fio frouxo, se a porta é mantida aberta por longo tempo, advertindo-se igualmente para a importância de descongelamentos periódicos, pois o excesso de gelo compromete o bom rendimento do aparelho. Informações que,

conforme os parâmetros atuais, chegam a resvalar a tautologia e subestimar o bom senso, tal a obviedade aparente do que é explicado.

Talvez o caráter acessório, quando não dispensável, de tantos esclarecimentos constitua um diapasão relativamente preciso na avaliação da medida em que esses utilitários passaram a compor tramas da vivência ordinária, doravante impensáveis sem a presença deles. De qualquer maneira, não seria (como ainda não é) amena a incumbência depositada nesses textos mediadores dos aparelhos e seus usuários, quase sempre redigidos sob a premência de um rigor que não deveria sujeitar-se à frieza do linguajar técnico, conciliando formulações precisas e tom acessível a leitores não-especialistas. Para tanto, faziam-se projeções hipotéticas sobre o nível de conhecimento dos consumidores, que podia variar do simples domínio da linguagem escrita até noções aplicadas de eletricidade; havia, portanto, uma larga margem de usuários dotados de capacidades as mais diferenciadas, a que se juntavam modalidades idiossincráticas de consulta: enquanto uns liam o manual inteiro antes do manejo do produto, outros simplesmente o ignoravam, apostando em procedimentos empíricos por erro e tentativa; alguns efetuavam uma leitura mais seletiva, destacando do conjunto das indicações e comentários apenas o que fosse de valia. Contudo, nenhuma dessas opções assegurava um aproveitamento do objeto técnico correspondente às expectativas de seus recentes proprietários: “Muitas vezes, a irritação, ou até o ridículo provocados pela utilização de um manual só se devem a um distanciamento entre os conhecimentos que ele supõe em nós e os que nós mesmos julgamos ter” (AKRICH, 1995, p. 27).

A reiteração dessas instruções aponta para a incontornável estranheza dos novos artefatos; por outro lado, a divulgação dos manuais supõe o desenvolvimento de um aprendizado cada vez mais exercido no âmbito privado, longe dos olhares e intromissões de desconhecidos. Também na decifração das exigências que garantiam seu emprego normativo, os eletrodomésticos favoreciam e aprofundavam os contornos de uma experiência de intimidade

que, cabe lembrar, era acessível a poucos (e, mesmo para estes, vivida com algum desleixo, conforme insinua a advertência trazida na capa do manual que acompanhava o modelo Brastemp Imperador 1958: “este folheto, para ser realmente útil, deve ser lido” [grifo no original]). O contato com os objetos modernos nunca se processou em condições de equidade hierárquica, simbólica ou pecuniária: sua presença nos lares, nas vitrines, na publicidade repunha a velha questão sobre as reais possibilidades de compra dos diversos grupos e classes, protagonizando uma socialização assimétrica da técnica: aos estratos de melhor condição econômica, esses utilitários robusteciam o patrimônio familiar, significavam bens de consumo e ícones do modo de vida urbano; às camadas subalternas, tendiam a representar objetos de desejo largamente inacessíveis ou, no caso dos empregados em serviços domésticos, instrumentos de trabalho. No Brasil de 1960, os 10% mais ricos concentravam quase 40% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres detinham pouco mais de 17%; 72,5% da população economicamente ativa vivia em condição de subproletariado, ou seja, com renda inferior a um salário mínimo, dando a ver as enormes disparidades que marcavam a sociedade brasileira de então (SINGER, 1986, p. 233, 239).

Bastante elucidativo, quanto ao quadro heteróclito de convívio com os artefatos elétricos na capital cearense, é um excerto da matéria jornalística supramencionada, expressamente dirigida às donas de casa: “Instrua as empregadas sobre o bom uso dos aparelhos eletrodomésticos (lembre-se que nada serve dizer ‘cuidado’ se não explica em que consiste o perigo e como deve exercitar essa atenção)”. Nota-se, portanto, que o advento da modernidade técnica, embora vincada na valorização do individualismo e na dignificação do conforto, apresenta matizes bastante variados, alguns dos quais não remetem ao universo do consumo, mas ao mundo do trabalho. Ter em conta que o campo dos usuários ultrapassa sobremaneira o circuito relativamente estreito dos consumidores põe em questão o desafio de apreender, no decorrer desta investigação, os modos informais, adaptativos, predominantemente empíricos pelos quais os objetos são empregados

no dia-a-dia. E, também, as discrepâncias de seus usos podem iluminar a tessitura das relações sociais numa cidade cuja urbanização e aumento demográfico, no pós-guerra, fizeram-se sobretudo à custa de migrantes rurais pobres, acentuando historicamente o aviltamento das oportunidades disponíveis aos estratos modestos da população.

Outra possibilidade de captar passagens do trajeto enviesado daqueles objetos modernos na experiência urbana de Fortaleza se prende a seu destino para fins inusitados ou sua conversão em matéria da (cri)ação lúdica. Vestígios extremamente parcos, dada sua banalidade inventiva, situados quase sempre no limiar da vida cotidiana, gravados na memória dos corpos, porém deixados fora do exercício de perpetuação prestigiosa que conduz o ato da escrita e orienta as veleidades da fala. Eduardo Campos, lembrando episódios da infância, traz a lume uma dessas cenas:

Como dizer ou explicar da serventia das coisas consideradas em desuso? Ou do aproveitamento material de objetos que perderam a sua utilização própria?

Decida o leitor a vagar, que por hoje quero lembrar contando a sobretaxa de vida, melhor referir, a prolongada utilidade deparada em objetos que numa casa, como a nossa da Rua do Imperador [nas cercanias do perímetro central] pelos anos trinta, não obstante perdida a função a que se destinavam, prosperavam úteis em inesperadas reinvenções de utilização.

Para começar, vejamos o caso das lâmpadas de iluminação elétrica. Quando não mais acendiam, uma a uma iam sendo reaproveitadas em outros acudimentos. Minha mãe guardava a menos vulnerada pelo cocô das moscas, que a tinham encafiado ao longo dos dias, para sua paciente atividade de cerzideira doméstica, operação que parecia (e na realidade sucedia) concorrer para melhorar o trabalho executado, a lâmpada intrometida no canudo da meia, procedimento que a tornava enlastecida, e desse modo visíveis os fios, o que facilitava em muito o manejo preciso da lançada da agulha carregando a linha de cor (CAMPOS, 1998, p. 43-44).

Tempos heterogêneos, articulados em combinações insólitas: a cadência lenta e repetitiva dos afazeres miúdos, feita de remendos caseiros, urdia-se com produtos fabris resgatados de sua inércia funcional. E assim procediam os arranjos mais diversos: painéis furados viravam jarros para plantas, prudentemente alocados nos cômodos mais íntimos da habitação; caixas de sapato vazias acolhiam novos conteúdos – botões, alfinetes, adornos, cartas, fotos. Nessa propensão, simultaneamente intuitiva e prática, para reinventar os usos do imprestável, e cuja realização culminante está na sucata, Michel de Certeau (1996) quis identificar os traços de uma “arte brasileira”. As artimanhas infantis produziam, igualmente, novos empregos para artefatos ultimados em suas funções originais. Lâmpadas queimadas, retirados os filamentos internos, recebiam água e adquiriam as propriedades visuais de uma lente de aumento; sob o sol, produziam focos de luz e calor para caça de pequenos insetos; moídas em pilão, tinham seus grãos de vidro adicionados a rudimentar resina para o fabrico de um preparado cortante com que se untavam os fios dos papagaios, empinados no céu de agosto para regalo e disputa entre os meninos, uns e outros procurando extirpar a cauda do brinquedo alheio e, assim, provar o arrojo e perícia de suas manobras.

Talvez, ao fim e ao cabo, o dificultoso processo de *domesticação do estranho* demandasse justamente essas subversões do uso. Operadas no labor que ritmava o dia-a-dia das experiências privadas, ou radicalizadas nos engenhos das crianças, essas formas singulares de lidar com os artefatos elétricos indicavam um grau de familiaridade pela negação: pois era sobre um valor de uso refigurado e um valor de mercado tornado nulo (a exemplo das lâmpadas queimadas) que se erigia a multiplicidade das serventias aplicadas aos objetos. Vencer a estranheza diante da presença técnica resultava, amiúde, em transformá-la noutra coisa: brinquedo, souvenir, fetiche. Para que artigos funcionais ganhassem força de penetração na vida cotidiana de outrora, o avanço da propaganda

no imaginário coletivo, a observância de manuseios prescritos e a volúpia do consumo poderiam ocasionalmente não bastar; restava sempre um horizonte, feito de improviso e astúcia, alargando as margens do possível, usando a disfunção para abrir o espaço da casa e a dobra do corpo à emergência dos objetos modernos.

Notas

¹ Doutorando em História Social (PUC-SP), bolsista do CNPq.

¹ O próprio autor da crônica aderiu ao expediente convencional de circunscrever a vivência exacerbada do imponderável à singularidade do universo infantil: “As crianças vivem num mundo diferente do nosso. O mundo irreal da imaginação. O mundo imaginário dos sonhos. O mundo simbólico dos encantos. Tudo colorido. Tudo perfumado. Até as próprias cousas que as cercam e que lhes interessam vivamente são feitas à sua imagem e semelhança. É o gato e o cachorro com quem elas brincam, como se fossem da mesma idade e tivessem as mesmas sensações e destino. Conversam com eles como bons amigos e até parece que se entendem.”

² Gilbert Simondon – filósofo que trouxe notável contribuição à reflexão sobre as técnicas – propunha que essas fossem tomadas não como simples instrumentos, mas como mediadores das relações entre os homens, e deles com o ambiente natural. Destarte, os objetos técnicos diriam respeito tanto ao campo do conhecimento quanto à produção de valores, projetando entrelaçamentos da cultura com a natureza, da sociedade com a ciência, da economia com a moral; embora seja praxe conceber essas instâncias do agir humano em termos de esferas relativamente autônomas, importaria mais entender como elas tomam parte num processo de autoconstituição conjunta. Analisando certas ponderações de Simondon, Élisabeth Gladu (2000, p. 5) comenta: “La culture entraînerait l’humain à adopter envers la technologie deux attitudes contradictoires: soit qu’il l’appréhende comme un simple ustensile, soit qu’il la dote d’intentions, bonnes ou mauvaises. [...] Pour remédier cette situation, la culture doit prendre conscience de la réalité humaine qui reside dans la réalité technique. Et cela ne peut se concrétiser qu’avec l’aide de la philosophie qui jouera son rôle d’intégrateur et de réparateur de la rupture entre la culture et la technique.” [Tradução minha: “A cultura conduziria o humano a adotar frente à tecnologia duas atitudes contraditórias: seja apreendê-la como um simples utensílio, seja dotá-la de intenções, boas ou ruins. [...] Para remediar esta situação, a cultura deve tomar consciência da realidade humana que reside na realidade técnica. E isso só pode se concretizar com o auxílio da filosofia, que desempenhará seu papel de integradora e reparadora da ruptura entre a cultura e a técnica.”]

³ Essa gradativa propagação dos acessórios de iluminação elétrica pelos diferentes recintos do lar é observada por Tales, cronista de um diário vespertino, ao visitar um amigo e ali ser surpreendido pela falta de energia: “Numa das interrupções da luz, estávamos em uma residência de um amigo. Conhecemo-lo de perto, desde os primeiros passos de sua vida até o momento atual. A dona da casa, logo se foi, pela primeira vez, a luz, tomou de uma lamparina. Conseguiu outra e outra mais. Que senhora prevenida! Pelo menos não sofre da doença de otimismo nos serviços da Light. Acendeu os três candeeiros e os dispôs com equidade: um na sala de visitas, outro no corredor e o terceiro em sua máquina de costura. Resultado: aquela casa não sofreu solução de continuidade em sua vida normal. [...] [Anos antes,] a penúria da vida que, ali, se levava, não permitia a existência senão de uma única lâmpada, na sala de visitas. E, no resto da casa, imperavam os senhores candeeiros. [...] [Mas, no decorrer do tempo, disse

a mulher], corando, como se fosse falta de modéstia, as coisas melhoraram... A situação econômica e financeira da nossa família melhorou um pouco. E, assim, podemos iluminar a casa por todos os lugares. Entretanto adiantou-nos ? nunca me separei das minhas lamparinas. Elas, mais do que velas, resolvem essas situações de aperturas" (*O Estado*, 19 dez. 1943).

⁴ Laymert Garcia dos Santos lançou reflexões instigantes acerca dos paralelos entre veículos e moradias ao longo do séc. XX. Sobre a casa transfigurada em "máquina de morar" – proposição inicialmente formulada pelo arquiteto suíço Le Corbusier na década de 1920 – o ensaísta comenta: "A casa, evidentemente, não saiu do lugar. Ainda. Mas o estado de coisas e o estado de espírito dos tempos pede que ela seja habitada como um veículo em movimento. Por isso, precisa *funcionar*, ser funcional, econômica; por isso, tudo o que for supérfluo e decorativo deve ser eliminado. Uma casa prática para um usuário em trânsito, que não quer perder tempo" (SANTOS, 1989, p. 125).

⁵ Em 1945 Fortaleza tinha uma população aproximada de 200 mil pessoas, que em 1950 saltaria para 270 mil, chegando à cifra espantosa de 514 mil habitantes em 1960. Entre 1950 e 60, seu crescimento intercensitário foi da ordem de 90,5, o maior entre todas as capitais brasileiras – número cuja magnitude pode dar uma rápida idéia da degradação das condições de vida, acentuada sob o impacto dessa explosão demográfica (SILVA, 2000, p. 221). Analisando, em trabalho historiográfico, a urbanização de Fortaleza de 1945-60, Gisafran Jucá foi categórico quanto ao peso das medidas concentradoras das ações decisórias e dos benefícios materiais que redundaram na modernização urbana: "Apesar do envolvimento de diferentes setores sociais no processo de urbanização, as diretrizes e principais decisões atinentes à expansão urbana constituíram monopólio dos que estavam no poder. [...] A implantação das melhorias urbanas em Fortaleza atendia precariamente a um percentual restrito da população. Por outro lado, os segmentos mais pobres, quando atendidos, o eram de forma restrita e irregular. A mesma realidade se estende à questão da moradia – mansões x favelas – e às respectivas áreas de lazer. [...] Apesar de Fortaleza se firmar como ponto de convergência do Ceará, ainda não conseguira a classificação de pólo regional, que era peculiar ao Recife. Entretanto, a rígida contradição entre as primazias da classe rica e as agruras das menos favorecidas constituía uma designação específica a sua estrutura social" (JUCÁ, 2000, p. 17, 48).

⁶ O *Censo de 1960* foi o primeiro a investigar, para o conjunto do território nacional, a existência de certos aparelhos no interior dos domicílios, dentre os quais fogões, excluídos aqueles de feição portátil e dotados de apenas uma boca, usualmente chamados de "fogareiros". Conforme os dados daquele recenseamento (1960, p. 122-123), das 92.128 moradias particulares – ou seja, que abrigassem até três grupos familiares – arroladas no município de Fortaleza, mais de um quarto (25,77%) não possuía fogão, atingindo a quantidade surpreendente de 23.735 habitações cujo dia-a-dia era vivido sem o auxílio daquele objeto, o que sugere inclusive a intensa mobilidade dos grupos familiares de baixa renda, em geral desprovidos de artefatos sedentários, ou solidários à fixação, como o fogão contemplado pelas estatísticas.

⁷ Emprego o termo privacidade de acordo com as observações de Georges Duby (1989), para quem, antes de uma definição, deve-se buscar um programa de pesquisa que se atenha às múltiplas configurações dessa experiência em tempos e lugares específicos. Duby cunha uma noção aproximativa de vida privada, percebida como uma "zona de imunidade" respaldada no ambiente familiar e na domesticidade, ao abrigo das injunções e formalidades exigidas na interação em âmbito público. Reporto também à distinção mais precisa entre público e privado, em sua perspectiva contemporânea, então formulada por Richard Sennett: "Na época em que a palavra 'público' já havia adquirido seu significado moderno, portanto, ela significava não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas." (SENNETT, 1998, p. 31)

⁸ O *Anuário estatístico do Brasil 1939-40* informava as seguintes estimativas populacionais para os municípios em apreço, referentes a 1937: Fortaleza – 150.516 hab.; Niterói – 131.495 hab.; Curitiba – 122.715 hab. Embora com menor número de residentes, as capitais de Rio de Janeiro e Paraná, quando comparadas a Fortaleza, registraram, em termos relativos, melhor distribuição dos serviços de força e luz elétrica, a primeira atingindo 14.578 ligações domiciliares e a segunda, 9.168 – ou, respectivamente, 72.890 e 45.840 indivíduos beneficiados pela eletricidade residencial, se admitirmos uma média de cinco pessoas por moradia. Cotejando essas cifras com seu contingente demográfico, percebe-se que, à época, mais ou menos 35% dos curitibanos e 55% dos niteroienses gozavam de eletricidade. Não pareceria despropositado inferir que, malgrado as peculiaridades técnicas de cada cidade (como expansão das linhas de transmissão e distribuição, potência das usinas geradoras e alcance da rede elétrica em função do território urbano), o custo mais alto do kWh em Fortaleza favoreceu uma aplicação concentrada da energia em torno das habitações das classes mais aquinhoadas, afigurando-se, durante as primeiras décadas do séc. XX, como um elemento aditivo de segmentação social no contexto urbano.

⁹ A esse respeito, Gildo Magalhães, em sua pesquisa sobre a eletrificação em São Paulo durante a República Velha, atribui aos estabelecimentos fabris – ícones da modernidade no domínio da produção material – um traço de mentalidade colonial, chamando a atenção para “as nossas tradições mercantis portuguesas que se incorporavam às indústrias criadas e que visavam (ontem como hoje) a tirar o máximo lucro de poucas unidades, em vez de expandir o consumo” (MAGALHÃES, 2000, p. 43).

¹⁰ De acordo com a lista de produtos da Casa Pinheiro, uma vela custaria Cr\$ 6,00, sendo uma caixa da marca Flama (dez unidades) vendida a Cr\$ 60,00 – preço igual ao de uma vassoura. (Cf. Inventário de Humberto Teixeira Pinheiro, 28 fev. 1959. Cartório de Órfãos, pac. L8. Arquivo Público do Estado do Ceará [APEC].) Entre os bens enumerados na Mercearia Joana D’Arc, um pacote de velas Guarany prata é avaliado em Cr\$ 20,00, valor correspondente a um kg de feijão; já as caixas de fósforo atingem o valor total de Cr\$ 850,00, sugerindo um estoque considerável dessa mercadoria. (Cf. Inventário de Moacir Paulo Matos de Oliveira, 13 out. 1958. Cartório de Órfãos, pac. C7. APEC.)

¹¹ O historiador Gisafran Jucá incluiu a fragilidade do setor energético entre os principais componentes da urbanização tortuosa vivida em Fortaleza, de 1945 a 1960: “As interrupções alternadas ocorriam, diariamente, em diversos bairros da cidade, em virtude das constantes falhas nas turbinas que forneciam luz à cidade. Mesmo com o aumento no preço das tarifas cobradas, o fornecimento de energia sofria interrupção quase constante [conforme denunciava um diário vespertino, em 1949]: ‘Até parece que estamos numa aldeia distrital de quarta classe, onde a lamparina a querosene se torna obrigatória e é mais eficiente que a Light do Município sede do governo. Ontem, três horas sem luz.’ O principal embargo à normalização do serviço estribava-se na falta de recursos para melhorar o fornecimento de energia” (JUCÁ, 2000, p. 111).

¹² Pimentel Gomes salientou o recurso extensivo – e desastroso – da lenha para fins energéticos, pois a larga maioria dos estabelecimentos geradores localizados no estado procedia queimando a massa vegetal: “A lenha foi, durante algumas décadas [pelo menos até o final dos anos 1950], o mais importante potencial energético do Ceará. Todas as usinas elétricas eram térmicas e tinham a lenha como único combustível. O consumo de lenha, principalmente nas estações chuvosas excepcionalmente fortes, era problema de difícil solução em Fortaleza. Trens inteiros levavam lenha para ali, proveniente de centenas de quilômetros de distância. Os lenhadores faziam um desflorestamento intenso, catastrófico, porque nem mesmo se tentava reflorestar as áreas devastadas. O reflorestamento natural era muito inferior ao corte. O abastecimento das centrais elétricas das cidades mais importantes, como Sobral, por exemplo, criava problemas semelhantes, embora em escala muito menor; mesmo assim, a energia elétrica era produzida em escala mínima” (GOMES apud NOBRE, 1981, p. 111-112).

¹³ A necessidade de atenção aos horários de suspensão no suprimento de eletricidade deveria ser respeitada, notadamente, pelos responsáveis por edificações munidas de elevadores que, segundo recomendação expressa do Serviluz, deveriam “paralisar esses veículos dez minutos antes das interrupções previstas no quadro acima, evitando o estacionamento entre pavimentos” (*Gazeta de Notícias*, 24 nov. 1954).

¹⁴ “O processo tecnológico subtrai-se, habitualmente, à apreensão dos sentidos [...] Pode-se concluir, portanto, pelo aumento de intermediação entre o corpo e os resultados de suas intervenções” (MENESES, 2000, p. 113).

Referências

AKRICH, Madeleine. **A técnica, manual de instruções**. In: WITKOWSKI, Nicolas (Dir. e Coord.). *Ciência e tecnologia hoje*. São Paulo: Ensaio, 1995.

Anuário estatístico do Brasil 1938, 1940, 1946, 1951, 1956, 1962. Rio de Janeiro: IBGE.

Anuário do município de Fortaleza. Administração Murilo Borges (Março 1963 – Março 1964). Fortaleza: Prefeitura Municipal, 1964.

BATISTA, Henrique Sérgio Araújo. **Assim na morte como na vida: arte e sociedade no cemitério São João Batista**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**: v. 1: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAMPOS Eduardo. **O inventário do cotidiano** (Breve memória da cidade de Fortaleza). Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.

_____. **Os vizinhos: memória da cordialidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2001.

_____. **A volta do inquilino do passado** – Segunda locação. Fortaleza: Casa José de Alencar – UFC, 1998.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). História da vida privada no Brasil 4. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

CEARÁ. Governo do estado. **A eletrificação no Ceará**. Pequeno histórico da vinda da energia de Paulo Afonso a Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1980.

Censo demográfico do estado do Ceará 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

Censo demográfico do estado do Ceará 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

Censos comercial e dos serviços 1960. MA – PI – CE – RN. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, 1959.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; MEC, 1963.

GLADU, Elisabeth. **La contribution de Gilbert Simondon à l'étude de la technique**. Montreal, 2000 [<http://composite.uqam.ca/2000.1/articles/gladu.htm>].

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital** – 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

KÜHL, Júlio César Assis. Energia elétrica. In: MOTOYAMA, Shozo (Org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil**: uma perspectiva histórica. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

LE MOS, Carlos A. C. **A República ensina a morar** (melhor). São Paulo: Hucitec, 1999.

LIMAVERDE, Narcélio Sobreira. **Fortaleza, história e estórias** (Memórias de uma cidade). Fortaleza: ABC, 1999.

MAGALHÃES, Gildo. **Força e luz**: eletricidade e modernização na República Velha. São Paulo: Ed. Unesp; Fapesp, 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e vizinhança**: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. **Antropologia e sociologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O fogão da Sociéte Anonyme du Gaz. Sugestões para uma leitura histórica de imagem publicitária. Projeto História, São Paulo, n. 21, nov. 2000.

MENEZES, Raimundo. **Coisas que o tempo levou...** Fortaleza: Livraria Edésio, 1938.

NOBRE, Geraldo. **Ceará: energia e progresso.** Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha: crônicas.** 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

Revista dos Municípios do Ceará, Fortaleza, a. 1, n. 2, 1951.

SABOIA, Pires. **Crônicas da mocidade no Ceará.** 2. ed. Fortaleza: Casa José de Alencar – UFC, 1998.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910).** Projeto História, São Paulo, n. 25, dez. 2002.

_____. **História do conforto na cidade de São Paulo.** *Anos 90,* Porto Alegre, n. 14, dez. 2000.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **O homem e a máquina.** Imagens, Campinas, n. 3, dez. 1994.

_____. **Tempo de ensaio.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SARLO Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação.** São Paulo: Ed. Usp, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio.** In: _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil 3.** República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. **Metrópole: matriz da lírica moderna.** In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

SILVA, José Borzacchiello da. **A cidade contemporânea no Ceará.** In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova História do Ceará.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

_____. **Quando os Incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Um espaço em disputa:** norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.). **Comportamento.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

_____. **Fortaleza:** imagens da cidade. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental.** In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano.** 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

SINGER, Paul. **Interpretação do Brasil:** uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. 3, v. 4, 1995.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvere. **Guerra pura:** a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WISNIK, Guilherme. **Utopia e fabricação da cidade.** Sexta-feira, São Paulo, n. 6, 2001.

Abstract

The article investigates the promises, challenges and limits towards the dissemination of electrical devices in Fortaleza in a period of intense demographic growth and tentative moves towards modernization incapable of supplying the increasing demands for comfort in the private space. The transformation of the sensitive perception provoked by the insertion of these technical objects in the daily life constitutes a topic of discussion.

Keywords: modernization; everyday life; energy; technique; electrical devices.